



D. P. L.

1ª Comissão Permanente**Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos****3ª Comissão Permanente****Comissão de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana,
Habitação e Desenvolvimento Local****Parecer**

Relativo à Proposta n.º 763/2016 - “Deliberar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a celebração do(s) contrato(s) de concessão, nas condições gerais previstas no programa de concurso e caderno de encargos, bem como deliberar autorizar, no âmbito da abertura do procedimento, por concurso público, com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, a celebração do(s) contrato(s) de concessão de utilização de domínio público do Município de Lisboa para instalação e exploração publicitária de mobiliário urbano, procedendo à aprovação das respectivas peças do procedimento, nos termos da proposta.”

1. Nota Introdutória

Através da Proposta n.º 763/2016, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro, e aprovada por maioria com 13 votos a favor (8 PS, 3 IND e 2 PCP) e 4 abstenções (3 PPD/PSD e 1 CDS/PP) na reunião da Câmara Municipal de Lisboa [CML] de 21 de Dezembro de 2016, submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Lisboa [AML] o seguinte:

“Deliberar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a celebração do(s) contrato(s) de concessão, nas condições gerais previstas no programa de concurso e caderno de encargos, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25º do RJAL. ”

Tendo a Proposta sido remetida, por despacho da Senhora Presidente da AML, Helena Roseta, para a 1.ª Comissão Permanente - Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos e para a 3ª Comissão Permanente - Comissão de Ordenamento do Território,

Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, a fim de ser apreciada e, consequentemente, emitido parecer até 20 de Janeiro de 2017, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017.

2. Considerandos

Actualmente existem em Lisboa cerca de 4.550 equipamentos de mobiliário urbano, dos quais 3.694 resultam de contratos celebrados entre a CML e a JCDecaux e a Cemusa em 1995. 64,3% do total dos equipamentos são constituídos por abrigos de autocarros e mupis.

Considerando o tempo decorrido desde a celebração desses contratos, que tinham como objecto a exploração de publicidade no espaço público, e porque é hoje reconhecido que o mobiliário urbano instalado em domínio público municipal deve ser perspectivado numa lógica de benefícios públicos, de valorização do espaço público e da qualidade de vida, entendeu a CML lançar uma nova geração de contratos respeitantes à gestão destes equipamentos.

Neste contexto, a proposta apresenta vários objectivos para os novos contratos:

- 1 - Qualificação da oferta de serviços aos cidadãos, com equipamentos mais actuais e com a garantia de painéis com informação do Município sobre eventos e questões de índole social, desportivo ou cultural.
- 2 - Valorização da acessibilidade e redução de posições, sobretudo em mupis, mantendo-se as actuais posições ao nível dos abrigos e aumentando o número ao nível dos sanitários; delimitam-se áreas geográficas interditas e áreas preferenciais.
- 3 - Redução e uniformização dos formatos visando que o mobiliário apresente uma identidade única, melhorando o espaço urbano.
- 4 - Utilização de tecnologia, adaptando o mobiliário urbano aos mais modernos meios tecnológicos.
- 5 - Optimização da contrapartida financeira do Município, incluindo mecanismos de remuneração com carácter regular ao longo da duração dos contratos

3. Análise da Proposta

De acordo com o RGAL, artigo 33º, compete à Câmara Municipal a decisão de contratar, a escolha do procedimento e a aprovação das suas peças, e também a designação do júri. Dado que a alínea p) do nº 1 do artigo 25º do RJAL determina que compete à Assembleia Municipal “autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respectivas condições gerais”, o desencadeamento do processo só poderá ser iniciado após a autorização competente de AML.

A proposta estabelece as posições e tipologias de equipamentos, estruturada em 3 lotes: o Lote 1 obriga o concessionário a instalar 900 mupis (10% digitais), 2.000 abrigos de transportes públicos, 75 sanitários públicos (no mínimo 10% equipados para cadeira de rodas), 40 mupis para publicidade institucional; o Lote 2 estabelece a instalação de painéis digitais de grande formato (número limitado a 125), com uma área total entre 2.500 e 3.000 m², bem como 20 mupis e 5 painéis digitais para informação municipal; o Lote 3 estabelece a possibilidade do mesmo concessionário explorar os lotes 1 e 2 desde que a proposta de remuneração seja superior em 5% às remunerações dos outros lotes.

O mobiliário urbano a instalar deverá conter a simbologia da cidade de Lisboa, ser inovador e com elevada qualidade de materiais.

Considerando que o prazo de exploração é de 15 anos, em regime de exclusividade, o concessionário assume o compromisso de apresentar ao longo da concessão a introdução de novas tecnologias com incorporação de tecnologias “smart cities”.

Quanto à remuneração a proposta estabelece para o Lote 1 um valor mínimo anual de 4.000.000 € mais IVA e actualizado de acordo com a evolução do IPC; para o Lote 2 um valor mínimo de 2.250.000 € mais IVA e actualizado de acordo com a evolução do IPC; para o Lote 3 um valor mínimo de 6.562.500 € mais IVA (Lote 1 e 2 mais o acréscimo de 5% referenciados em Condições).

Os valores da remuneração apresentada integram os montantes correspondentes às taxas previstas no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.

As despesas do fornecimento de energia, de água e saneamento básico, os serviços de comunicação e aquisição de equipamento associado, bem como os respectivos contratos são da responsabilidade do futuro concessionário.

O critério único de adjudicação é o valor mais elevado.

O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos estabelecem as condições gerais para a celebração dos contratos, nomeadamente: definição do objecto do concurso; documentos e modo de apresentação das propostas; prazos de apresentação e manutenção das propostas; critérios de adjudicação dos Lotes; condições de desinstalação das peças ao abrigo de contratos anteriores; remunerações e condições de pagamento; consequências de incumprimento dos contratos.

Os anexos que acompanham a proposta, para além de referirem os locais de instalação actuais dos mupis (a título informativo) e dos abrigos, estabelecem limitações aos locais de instalação (através de conceitos de Zonas da Abertura, Zonas de Limitação e Zonas de Exclusão Total) e os requisitos técnicos e funcionais de base dos equipamentos.

4. Anexos

Os signatários consideraram desnecessária a junção ao presente parecer de quaisquer elementos documentais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado ou Grupo Municipal.

5. Conclusões

- A concretização das medidas preconizadas na proposta nº 763/2016 pode permitir uma adequada gestão do mobiliário urbano no espaço público, contribuindo assim

para a promoção da qualidade de vida urbana e para a valorização do espaço público.

- O Caderno de Encargos, o Programa do Concurso e os respectivos anexos estão articulados com os objectivos definidos para os novos contratos.
- Analisada a proposta nº 763/2016, as Comissões Permanentes de Finanças, Património e Recursos Humanos, de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local concluíram que a mesma está em condições de ser debatida e votada em plenário.
- As diversas forças políticas reservam o seu sentido de voto para o plenário.
- A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer.

Este parecer foi aprovado por unanimidade dos Grupos Municipais e Deputados Independentes presentes na reunião.

Assembleia Municipal de Lisboa, 23 de Janeiro de 2017

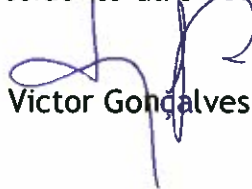
A Presidente da 1ª Comissão



Maria Irene dos Santos Lopes



O Presidente da 3ª Comissão



Victor Gonçalves

A Deputada Relatora



Ana Páscoa